

UMA MUDANÇA DE PARADIGMA NA HISTÓRIA DA COMPREENSÃO DO VERBO: O NOVO QUADRO TEÓRICO DAS GRAMÁTICAS ESPECULATIVAS DO FIM DO SÉCULO XIII

Alessandro J. Beccari

RESUMO: Até a segunda metade do séc. XII, o verbo era entendido de maneiras diferentes: 1) como redutível à cópula; 2) como equivalente ao predicado lógico; 3) de acordo com a distinção passivo-ativo; 4) de acordo com a atribuição do traço “+ tempo” ao verbo em oposição a “- tempo” ao nome. A partir do séc. XIII, começa a aparecer um novo quadro teórico unificado para o estudo do verbo em um gênero de gramáticas especulativas. Historicamente, essa mudança de paradigma deu-se pela forte influência de um novo aristotelismo no pensamento da Europa ocidental durante esse período. Os novos estudos do recém traduzido *corpus aristotelicus* possibilitaram que a gramática assimilasse conceitos metafísicos e lógicos. O objetivo deste artigo é descrever, em termos modernos e de maneira introdutória, como essas mudanças aconteceram.

PALAVRAS-CHAVE: Verbos; História da Linguística; Gramáticas Medievais; Metalinguagem; Semântica.

1. INTRODUÇÃO

Houve grande influência do aristotelismo no pensamento medieval: a maioria das obras de Aristóteles foi traduzida para o latim em Toledo, Espanha, e no sul da Itália, entre os sécs. XII e XIII e tornou-se um dos principais fundamentos dos estudos nas nascentes universidades da Europa.

No séc. XIII, nas faculdades de artes, seguia-se a divisão clássica das disciplinas de estudo que havia sido sugerida por Boécio (*Anicius Manlius Torquatus Severinus Boethius*, ca. 480 – 524/5). Tido como o último dos romanos e o primeiro dos medievais, Boécio impõe-se a hercúlea tarefa de traduzir o conjunto da obra de Aristóteles para o latim – trabalho que foi abruptamente interrompido por sua prisão e posterior execução, aos 45 anos, por ordem de Teodorico, rei ariano dos ostrogodos. A divisão das disciplinas fora feita entre o trívio, que incluía a gramática, a retórica e a dialética e o quadrívio, composto pela aritmética, a geometria, a música e a astronomia. Dessas disciplinas, também chamadas de artes liberais, as que compunham o trívio eram consideradas de importância prioritária para o estudo das outras quatro e, no próprio trívio, a gramática era vista como basilar para as outras duas. Em seu conjunto, as sete artes liberais tornaram-se a introdução aos estudos superiores das universidades da Baixa Idade Média: a medicina, o direito e a teologia.

Segundo Timothy B. Noone (2002, p.55), medievalistas importantes dos sécs. XIX e XX, como Martin Grabmann, chamaram de Escolástica ao período da história do pensamento ocidental que começa em Boécio (séc. VI d.C.) e acaba em Nicolau de Cusa (1401-1464). Os sécs. XIII e XIV representariam o período mais fértil da Escolástica e com base na produtividade e, com base na originalidade do pensamento escolástico desses dois séculos, sua Escolástica pode ser chamada de Alta Escolástica. Além de uma nomenclatura para fins de periodização da história do pensamento, a Escolástica também deve ser entendida como o método de estudo e aprendizagem que fora desenvolvido desde Cassiodoro e Boécio (séc.VI) e que culminaria na cultura de debate público das faculdades de artes da Europa Ocidental entre os séculos XI e XVII (NOONE: 2002, p. 55).

Visto que a gramática era tida em alta consideração pelos estudiosos do Medievo, não é surpreendente que algum tipo de pesquisa no campo dos estudos da linguagem se desenvolvesse nesse período. De fato, esses desenvolvimentos ocorreram a ponto de, na fase final da Idade Média (entre os sécs. XIII e XIV), a gramática ter atingido o estatuto de disciplina de estudo autônoma, *i.e.*, não mais apenas uma propedêutica das outras artes do trívio e do quadrívio, mas uma arte a ser estudada independentemente. Uma evolução importante nos estudos gramaticais independentes foi o surgimento da modística – teoria gramatical que deriva seu nome dos tratados sobre os modos de significar das palavras, que eram estudos de caráter semântico derivados de comentários aos livros da *Institutiones grammaticae* de Prisciano (séc. VI d.C.), em especial aos livros XVII e XVIII dessa obra. As gramáticas especulativas, ou modistas, são um produto da Alta Escolástica. Os gramáticos que cultivaram essa maneira de pensar a linguagem foram chamados de modistas pelo mesmo motivo que sua teoria, ou seja, em razão da popularização do nome dos seus tratados ou gramáticas. A partir de 1270, em Paris, há o aparecimento de uma sucessão de gramáticas filosóficas modistas.

A modística, portanto, expressou-se por meio de um gênero específico de textos: a gramática especulativa ou o tratado sobre os modos de significar (*grammatica speculativa sive tractatus de modis significandi*). Esses textos pertencem, portanto à Alta Escolástica – uma época marcada pela tradução massiva do *corpus* aristotélico nas regiões ao sul da atual Espanha e da atual Itália, e que termina três anos depois da data provável da morte de Guilherme de Ockham (c. 1285- c. 1347), que foi um dos últimos pensadores referenciais da Idade Média latina. Saliente-se que, de um ponto de vista de periodização histórica, a maior parte da Alta Escolástica insere-se na Idade Média tardia (1200-1400).

Embora Jacques Le Goff (1984, p. 111-2) afirme que seria presunção querer definir em poucas linhas o método de estudo e aprendizagem utilizado e desenvolvido durante a Escolástica, ele mesmo assim define a evolução histórica do método escolástico:

A evolução primordial foi a que levou da *lectio* (lição/leitura) à *questio* (busca/pergunta/inquirição) e da *questio* à *disputatio* (disputa/discussão). O método escolástico é, inicialmente, a generalização do velho processo – utilizado, designadamente, com a Bíblia – das *questiones et responsiones*, perguntas e respostas. Mas pôr problemas, pôr os autores ‘em questões’ (no plural), conduz a pô-los ‘em questão’ (no singular) (...) a evolução consistiu no recurso ao raciocínio ganhar cada vez maior importância sobre o argumento de autoridade.

Até o séc. XIII, os três princípios diretores do método escolástico foram: 1) *ratio*: resultados filosóficos só podem ser alcançados com base em um raciocínio lógico rigoroso; 2) *auctoritas*: a legitimidade das opiniões deve ter suporte em autoridades reconhecidas; 3) *concordia*: as conclusões da razão e da revelação não devem ser excludentes (NOONE: 2002, p.55). Além desses três princípios, como produto da evolução contínua do método escolástico, filósofos do séc. XIII como Roberto Grosseteste e Roger Bacon acrescentariam, a partir de 1250, um quarto princípio diretor ao método escolástico: *experientia*: a constatação experimental (*experimentum*) deve produzir *certitudo* (a confirmação) dos princípios 1), 2) e 3).

A *experientia* atesta para o fato de que o séc. XIII foi um período de florescimento dos estudos, em sentido amplo, graças à influência do *corpus* aristotélico, que pela primeira vez se fazia acessível aos ocidentais completamente traduzido para o latim (não do grego, mas do árabe). De acordo com John Lyons (1969, p.14), os gramáticos escolásticos, também chamados de especulativos ou modistas, pensavam, como o fizeram os estóicos mais de um milênio antes deles (séc. III a.C.), que a linguagem é como um espelho que reflete a realidade por trás dos fenômenos do mundo físico. No entanto, a linguagem não representa, segundo os modistas, o mundo de um jeito unívoco, direto, mas sim conformado às maneiras ou modos (*modi*) em que as propriedades do mundo se apresentam à mente. Para os gramáticos especulativos, esses modos de entender (*modi intelligendi*) são as propriedades do mundo físico que são predeterminadas por uma ou mais das dez categorias que Aristóteles identificou¹.

Acima de tudo, os modistas vêem o estudo da linguagem como uma parte importante do esforço na busca indutiva por princípios explicativos gerais, que se reduziriam a um conjunto mínimo de proposições universais das quais, por sua vez, deveriam derivar-se todos os saberes específicos: da matemática, da astronomia, da teologia, etc. Essa busca por

primeiros princípios garantiria a universalidade ou verdade das proposições dos saberes particulares: *Omnes scientiae communicant secundum communia principia ex quibus demonstratur* [Todas as ciências comunicam-se segundo princípios comuns através de que são demonstradas.]. (HAMESSE: 1974, p.316 *apud* KELLY: 2002, p.1). Como partícipe desse esforço, a gramática especulativa é marcada por um tipo de interdisciplinaridade em que, por exemplo, utilizam-se analogias da física e da metafísica aristotélicas nas explicações de fenômenos de sintaxe e de formação de palavras. Assim, guiados por esse esforço, os modistas fazem uso analógico livre dos princípios da lógica e da metafísica tanto para criarem sua metalinguagem quanto para explicarem fenômenos particulares da linguagem.

De um modo geral, outra característica marcante da gramática modista é a aplicação integral do método escolástico através da concordância entre os quatro princípios supracitados: *ratio*, *auctoritas*, *concordia* e o princípio regulador da *experientia* aos estudos da linguagem. O conjunto dessas características faz com que a gramática especulativa possa ser entendida como o mais próximo que se pôde chegar de uma ciência da linguagem na Idade Média.

2. A METALINGUAGEM DAS GRAMÁTICAS ESPECULATIVAS

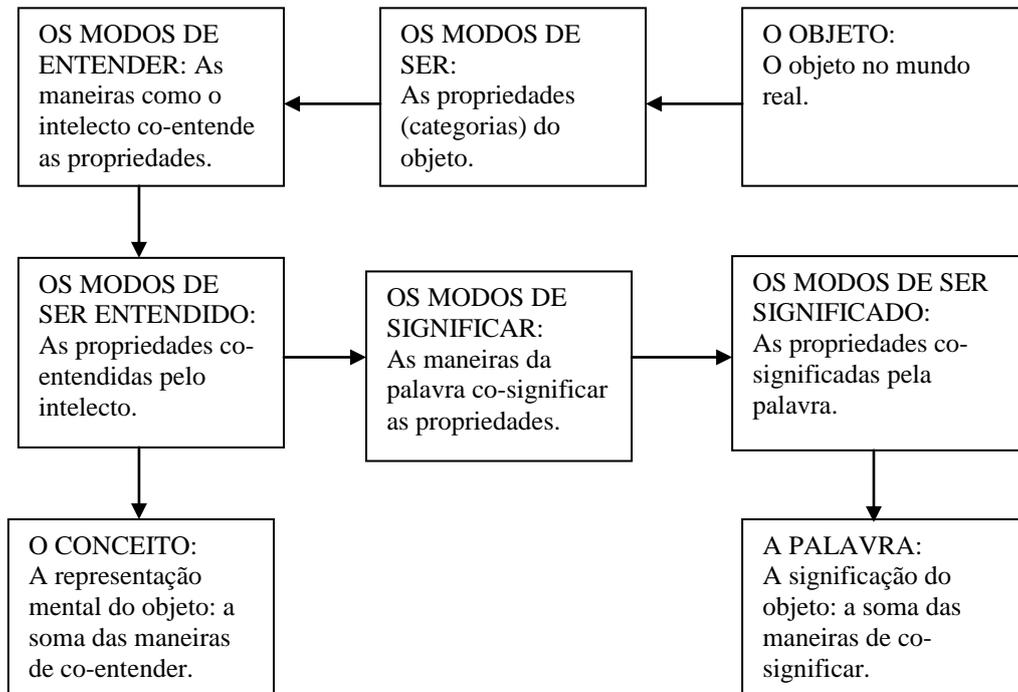
Fundamentados no ideário metafísico corrente, os modistas entendem que as coisas do mundo possuem várias propriedades ou modos de ser (*modi essendi*). Do ponto de vista do intelecto, essas várias propriedades são dotadas de muitas maneiras de serem entendidas (*modi intelligendi passivi*). A mente é capaz de entender essas propriedades do mundo por meio de suas maneiras mentais de entender (*modi intelligendi activi*).

A concepção mental não tem uma relação direta com a linguagem: as coisas podem receber conceitos sem serem nomeadas. Todavia, em um segundo momento, através da linguagem, a mente pode impor maneiras ou modos de significar (*modi significandi activi*) a vocalizações (*voces*): as propriedades das coisas passam, então, a ser significadas por meio de palavras.

A interação mundo-intelecto-linguagem aponta para uma completa interdependência entre a linguagem e a estrutura da realidade. A linguagem fornece a ligação entre as coisas e o que se pode dizer delas. O modista Tomás de Erfurt², doravante TE, identifica as oito classes de palavras como o produto final desse processo (BURSILL-HALL: 1971, p.114-124). Ademais, na exposição de sua metalinguagem, o autor da *Grammatica Speculativa*

demonstra que os modos de significar tanto permitem a distinção das propriedades das coisas que são designadas pelas classes de palavras quanto explicam sua interação sintática.

Essa rápida apresentação da metalinguagem modista com sua vinculação à metafísica aristotélica pode ser resumida no diagrama abaixo:



Fonte: Covington (1986, p.32)

De acordo com a ontologia modista ilustrada acima, as palavras possuem um feixe de modos de significar que denotam certas propriedades do universo, tanto gerais quanto particulares. No interior das palavras, os modos de significar estariam organizados hierarquicamente. Nesse sentido, TE divide os modos de significar em três classes: o modo geral, o modo subalterno e o modo especial. Os modos gerais denotam as propriedades mais gerais das classes de palavras. Por exemplo, o nome tem a propriedade mais geral de denotar a propriedade da permanência de uma substância no tempo e no espaço. Os modos subalternos denotam as propriedades menos gerais de uma classe, como, por exemplo, a propriedade da quantidade, que é característica dos nomes comuns. Por fim, os modos especiais denotam as propriedades mais específicas das classes de palavras. No caso do nome, os nomes comuns adjetivos de espécie denotam a propriedade que as substâncias têm de pertencerem a uma determinada espécie. Por exemplo, a propriedade denotada pelo adjetivo de espécie “humano” refere-se à propriedade “ser humano” de substâncias como ‘Sócrates’, ‘Platão’, ‘Aristóteles’, etc. Em resumo, todas as palavras são classificadas por

meio do crivo desses três modos hierarquizados, o que equivale ao método classificatório de TE (BECCARI: 2007, p. 15).

3. O VERBO

Até o séc. XII havia tratamentos particulares do verbo da parte de gramáticos, lógicos e metafísicos (BURSILL-HALL: 1972, p.196). Os lógicos entendiam um verbo como o elemento que corresponde àquilo que se afirma ou se nega de um sujeito, *i.e.*, ao elemento “P” (predicado) da proposição elementar de tipo “S + P” (sujeito + predicado). Além disso, os lógicos entendiam o verbo como equivalente à cópula, *i.e.*, a uma proposição do tipo “A é B”, como “Pedro é corredor” equivalente a “Pedro corre”. Até a segunda metade do séc. XII, os gramáticos atribuíam ao verbo os traços fundamentais de ativo/passivo e “+ tempo”. Nos trabalhos do gramático medieval Pedro Helias, que lecionou na Universidade de Paris por volta do ano 1150, surgiu o primeiro indício de uma mudança de tratamento da classe dos verbos. Essa alteração expressou-se em dois sentidos: 1) na assimilação por parte da gramática da definição que a lógica fizera do verbo como o elemento “P” (predicado) da relação entre “S + P” (sujeito + predicado); 2) na substituição dos traços fundamentais de ativo/passivo e tempo por conceitos da metafísica aristotélica. No primeiro caso, a relação entre “S” (termo sujeito) e “P” (predicado), na construção lógica da proposição “S + P”, passa a ser identificada com a relação de dependência sintática em que o elemento verbal “V” é considerado dependente do elemento nominal “N” na construção de tipo básico “N + V” (nome + verbo), ou seja: “S + P” passa a ser equivalente à “N + V”. Segundo a interpretação medieval, essa dependência do elemento verbal no nominal e sua correspondência na forma da proposição confirma-se pela definição do verbo na tradução boeciana do *De Interpretatione* de Aristóteles: *Verbum (...) est semper eorum quae de altero praedicantur nota (...) et semper eorum quae de altero dicuntur nota est, ut eorum quae de subiecto uel in subiecto* [O verbo (...) é sempre um sinal das coisas que se predicam de outro (...) e é sempre um sinal dessas coisas que se dizem de outro conforme elas participam ou estão no substrato]. (ARISTOTELES, III, 6-12). Portanto, o verbo sinalizaria na direção das entidades reais do mundo ao representar/predicar suas propriedades mais essenciais ou mais acidentais. Como os nomes pertencem à classe de palavras que indica coisas no mundo, à precedência ontológica das entidades às suas propriedades corresponderia à precedência semântica (e sintática) do nome sobre o verbo.

Essa precedência semântica do nome sobre o verbo confirma-se, de acordo com

importantes filósofos medievais do séc. XIII, de acordo com o entendimento medieval da distinção aristotélica entre existência e essência. Por exemplo, para pensadores como Tomás de Aquino, a existência de algo no mundo é mais importante que sua essência, porque algo pode ser isto ou aquilo, ou seja, pode possuir certas características ou mudar, mas, antes de ser desta ou daquela maneira, precisa primeiramente existir. Assim, para Tomás de Aquino e para outros filósofos do final do séc. XIII, enquanto a essência mutável é meramente possível, o ente é real. Logo, para Tomás, a filosofia deve estudar atributos tendo em mente que todos eles dependem da existência de entidades individuais a que pertencem. No início de seu opúsculo clássico sobre metafísica aristotélica, o *De ente et essentia*, Tomás de Aquino corrobora a precedência da existência ao citar o filósofo árabe do séc. X Ibn Sina:

ens autem et essentia sunt quae primo intellectu concipiuntur, ut dicit Avicenna in principio sue Methaphisice (...) quia uero ex compositis simplicium cognitionem accipere debemus et ex posterioribus in priora deuenire, ut a facillioribus incipientes conuenientior fiat disciplina, ideo ex significatione entis ad significationem essentie procedendum est

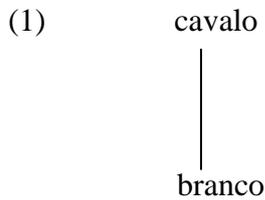
[(...) como diz Avicena no primeiro livro de sua Metafísica (I, 6, 72b, A), o ente e a essência são o que é concebido primeiro pelo intelecto (...) Deve-se passar da significação de ente à significação de essência, de tal modo que, começando pelo mais fácil, o aprendizado se dê de maneira mais adequada, pois devemos receber o conhecimento do simples a partir do composto e chegar ao anterior a partir do posterior.] (AQUINO: 1995, p. 13).

Portanto, para Tomás de Aquino o conhecimento mais fácil é o conhecimento da essência (do *esse*: do ser isto ou aquilo da entidade), mas esse conhecimento só é útil porque leva ao conhecimento da entidade, que é o existente, o *ens*.

No que diz respeito à lógica, a noção de transformação de qualquer verbo intransitivo em “é + nome (adjetivo)”, como no caso acima (“Pedro corre.” = “Pedro é corredor.”), levou gramáticos dos séculos XII a XIV a postularem que o verbo não é uma classe de palavras independente, mas sim uma diferenciação do elemento nominal. Essa opinião se baseia no pressuposto metafísico que foi visto no parágrafo acima segundo o qual uma coisa deve existir (ser um *ens*, um “ente”) antes de “ser” (*esse*) isto ou aquilo. Assim, por exemplo, um cavalo é antes de tudo um ente “cavalo” e só depois: *currens* “corredor”, *nigrum* “negro”, *velox* “veloz”, etc. De fato, a partir da assunção desse pressuposto metafísico, o nome não é apenas hierarquicamente superior ao verbo, mas também a todas as outras classes de palavras.

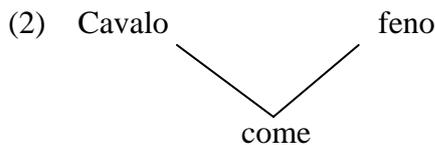
Os gramáticos medievais, tanto os pré-modistas (séc. XII) quanto os modistas (sécs. XIII e início do XIV), utilizaram a distinção *ens-esse* [ente-essência] em sua análise das partes da oração (*partes orationis*). Assim, o adjetivo, por exemplo, não tem uma existência independente do substantivo, mas sua existência é meramente participativa da existência

denotada pelo substantivo. Nesse caso, o adjetivo depende do nome (*i.e.*, está hierarquicamente abaixo deste) e, portanto, numa representação em diagrama, uma sentença como “cavalo branco” poderia ser representada assim:



Em que “cavalo”, por seu estatuto metafísico de substância independente, está localizado hierarquicamente acima do adjetivo “branco”, que meramente participa da substância denotada por “cavalo”.

Por sua vez, uma sentença com um verbo transitivo, como “Cavalo come feno”, receberia a seguinte representação:



Em (2), “cavalo” e “feno”, em razão de seu estatuto ontológico aparecem acima de “come” na representação diagramática.

TE define o verbo como “uma parte do discurso que tem significado por meio do modo de distar da substância” (ERFURT, XXV, 48). “Distar”, nessa definição, significa “diferenciar-se”. Ou seja, o verbo denota algo que se diferencia da substância, a qual, por sua vez, é significada (denotada) pelo nome. A substância é a principal das dez categorias lógico-metafísicas que Aristóteles listou em suas *Categorias* (ARISTÓTELES, IV, Ib25). O verbo se diferencia da substância porque denota a mudança: aquilo que não é permanente, *i.e.*, que está em constante devir – o devir sendo uma das propriedades metafísicas do universo. Em contrapartida, o nome denota justamente o contrário: a estabilidade, aquilo que não se altera, a permanência. Portanto, enquanto o nome é o correlato lingüístico da categoria da substância, o verbo pode ser correlato lingüístico das categorias aristotélicas da “situação”, do “quando”, do “agir” ou do “sofrer” (ARISTÓTELES, IV, Ib25).

3.1 MÉTODO CLASSIFICATÓRIO

Na metafísica medieval, a forma é o que distingue uma entidade de outra: todas as entidades teriam uma matéria comum (a matéria prima ou amorfa), que teria o potencial de receber um número aparentemente ilimitado de formas. Cada uma das formas possíveis, com as características acidentais que as acompanham, determina a diferença específica que faz com que a existência de uma entidade qualquer seja algo de único e não repetível. Portanto, embora todas as coisas compartilhem da mesma matéria amorfa, todas as coisas se distinguem umas das outras por meio de suas formas específicas: é a conhecida distinção metafísica entre matéria amorfa e forma específica.

TE aplicou a distinção matéria-forma para diferenciar o verbo do particípio e partiu dessa diferenciação para construir sua teoria do verbo. De acordo com essa aplicação gramatical dessa distinção metafísica, o verbo e o particípio compartilham da mesma matéria semântica, mas diferem no que diz respeito as formas específicas que essa matéria assume. A forma ou diferença específica do verbo com relação ao particípio – e com relação a todas as outras classes de palavras – é o modo como o verbo dista (diferencia-se) da substância. Esse “modo de distar da substância” corresponde ao traço semântico fundamental do verbo: o fato de o verbo não se referir a nenhuma entidade em particular. Por exemplo, “corre” pode ser o predicado de qualquer substância: “Pedro”, “lebre”, “menino”, etc. TE observa que ao mesmo tempo em que o verbo dista, *i.e.*, diferencia-se de qualquer substância, ele sempre predica algo a respeito de uma substância, o que significa, em termos modistas, que o verbo depende do nome para denotar alguma coisa no mundo real. O particípio, por sua vez, identifica-se tanto com o nome quanto com o verbo: um particípio como *currens* significa tanto “correndo” quanto “corredor”. Isso significa que o particípio tanto pode distar do nome (em sua forma verbal) quanto pode aderir a ele (em sua forma nominal).

A partir da aplicação da distinção aristotélica matéria-forma aos traços semânticos fundamentais do verbo e do particípio, TE diferencia essas duas classes de palavras e define a função (natureza) essencial do elemento verbal presente tanto no verbo quanto na forma verbal do particípio: denotar a essência e a propriedade metafísica da mudança nas entidades do mundo. É por meio da distinção matéria-forma e de outras distinções da metafísica e da lógica de Aristóteles (como “ato-potência”, “substância-acidente”, “causa-efeito”, “gênero-espécie”, etc.) que TE opera todas as distinções que julga necessárias na construção de uma metalinguagem, na definição das partes da frase e de seu funcionamento sintático.

3.1.1 Os modos essenciais do verbo

Para TE, os modos essenciais do verbo são dois: 1) o modo do ser (*modus esse*) ou modo da mudança, que é o traço material do verbo; 2) o modo de distar da substância, que é traço formal do verbo. Ao transpor a distinção matéria-forma para os modos essenciais do verbo, TE diferencia o verbo do nome, do particípio e de todas as outras partes da oração (ou classes de palavras).

O método classificatório de TE é o mesmo para todas as classes de palavras. O estabelecimento do modo essencial geral de uma classe de palavras é o critério teórico com que ele determina o traço semântico fundamental (mais geral) da classe³. O modo da mudança e de distar da substância, no caso do verbo, e o modo da permanência e da essência determinada, no caso do nome, constituem, respectivamente, os modos gerais, materiais e formais, do verbo e do nome. Além disso, assim como o modo da mudança é o modo essencial material do verbo, o modo da permanência é o modo essencial material do nome. Igualmente, assim como o modo de distar da substância é o modo formal do verbo, o modo da essência determinada é o modo formal do nome. Ao proceder dessa maneira, TE não só aplica a distinção matéria-forma para distinguir as classes de palavras entre si, mas também para distinguir os modos essenciais materiais e formais das classes em si mesmas.

3.1.2 Os modos subalternos do verbo

Como se viu anteriormente, TE usa os modos subalterno e especial do modo essencial geral para fazer o levantamento de todos os itens que pertencem a uma determinada classe de palavras. Nesse sentido, o modo essencial geral do verbo é dividido em três modos subalternos: o modo substantivo, o modo vocativo e o modo adjetivo. TE também subdivide o modo adjetivo em quatro sub-modos: ativo, passivo, neutro e comum (ERFURT, XXVI, 49).

O primeiro modo subalterno é o modo substantivo, de que se deriva o verbo substantivo. A classe do verbo substantivo compreende um único elemento: o verbo “ser”/ “estar” (*sum*). O verbo substantivo é assim denominado por duas razões: 1) porque denota a existência da substância que designa: *Petrus est* (“Pedro existe”); 2) porque o verbo ser, além de denotar o “existir” de uma substância, também pode indicar sua predicação e, desse modo,

funcionar como um sinal de igualdade: *Petrus est miles* (“Pedro é um soldado”).

O segundo modo subalterno é o modo subalterno vocativo que inclui os verbos vocativos, como *voco* (chamo) e *hortor* (exorto). Esses verbos denotam a propriedade de nomear, chamar ou exortar que se especifica no nome ou pronome de que dependem. Por exemplo, em *voco te* (chamo-te) o verbo “chamar” é especificado pelo pronome “te” de que depende.

O terceiro modo subalterno, o modo subalterno adjetivo, é o mais abrangente, pois contém todos os outros verbos que não estão contidos nas classes dos vocativos e dos substantivos. O que distingue os verbos adjetivos é o fato de indicarem o agir ou o sofrer uma ação (*actio vel passio*). Antes dos modistas, essa característica era atribuída a todos os verbos indiscriminadamente.

O modo subalterno adjetivo se subdivide em quatro modos especiais: o modo ativo, passivo, neutro e comum. Tais modos especiais são constituídos dos verbos ativos (transitivos ativos), passivos (transitivos passivos), neutros (intransitivos) e comuns (reflexivos). Essa subdivisão quádrupla reflete uma aplicação da distinção metafísica ação-paixão: os verbos transitivos podem ser passivos ou ativos, os neutros não são nem passivos nem ativos e os comuns são ativos e passivos ao mesmo tempo.

Para exemplificar a classificação dos verbos latinos de TE, pense-se em *amo* [amo]: a essência geral dessa palavra denota as propriedades de “ser isto ou aquilo” (*esse*), que é sua matéria semântica, e de “ser distante de um ente” (*distantia*), que é sua forma semântica – logo, trata-se de um verbo e não de um nome ou de qualquer outra parte da oração. Em seguida, por não ser nem um verbo substantivo nem um verbo vocativo, *amo* é classificado como verbo adjetivo, que é seu modo essencial subalterno. Enfim, *amo* é classificado como verbo ativo ou passivo, por poder ocorrer tanto na voz ativa: *amo*, quanto na voz passiva: *amor* [sou amado]; *amo* é, portanto, um “verbo adjetivo ativo e passivo”.

3.1.3 Os modos acidentais do verbo

Os modistas atribuíram ao verbo o mesmo número de acidentes que Dionísio da Trácia e Prisciano tinham-lhe atribuído anteriormente: oito. TE, no entanto, fez duas alterações importantes com respeito a essa classificação: dividiu o acidente da qualidade em qualidade do modo e qualidade da forma e introduziu a composição (*compositio*), que Bursill-Hall (BURSILL-HALL: 1972, p.217) considera sua maior contribuição para a classificação dos

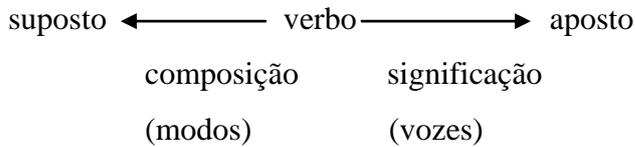
acidentes do verbo. Para TE, a composição era o acidente mais importante em virtude de sua função sintática: é por meio da composição que se deriva a ligação entre o nome (sujeito) e o verbo em uma construção sintática mínima de apenas dois elementos, que TE define como sendo uma construção de tipo “N + V” (nome + verbo). Segundo TE, a composição está inerente em todos os verbos, uma vez que qualquer verbo pode ser analisado por meio da cópula, por exemplo, “correr = ser corredor”, “lutar = ser lutador”, etc. Dessa forma, enquanto a natureza essencial do verbo distingue-se da do nome por meio do modo da distância (*distantia*), o modo accidental da composição, em virtude da presença da cópula implícita em cada verbo, permite com que verbos e nomes liguem-se sintaticamente. A composição se manifesta por meio do modo do verbo, que pode ser indicativo, subjuntivo, optativo ou imperativo (ERFURT, XXVIII, 55).

O acidente da significação (*significatio*) é o contrapeso sintático da composição: enquanto a relação nome-verbo fundamenta-se na composição (em todas as sentenças), a relação verbo-nome (nas construções transitivas) deriva-se do acidente da significação. A significação se manifesta por meio da voz, que pode ser ativa, passiva, comum (verbos reflexivos), depoente, neutra (verbos intransitivos).

O modo e a voz são considerados traços relacionais que existem entre o nome e o verbo, respectivamente, nas construções de tipo “nome-verbo” e “verbo-nome”. Uma vez que essas relações básicas se estabelecem, as outras relações (flexionais, de pessoa e número) tornam-se funcionais. Assim como o modo é usado para expressar a qualidade da relação criada pela composição, da mesma forma, a voz é usada para expressar a qualidade da relação de significação (*significatio*). A voz é derivada da propriedade da dependência do verbo no nome objeto. Igualmente ao modo, a voz é a expressão de vários estados da mente: ação, paixão, neutralidade, comunidade e deponência. A expressão desses conteúdos semânticos assume forma nas vozes do verbo: ativa, passiva, neutra, comum e depoente (ERFURT, XXX, 59).

Para Busill-Hall (BURSILL-HALL: 1972, p.220-231), enquanto a composição e a significação parecem expressar a relação estrutural entre o nome e o verbo, o modo e a voz, por sua vez, representariam os elementos sistêmicos que se comutam para que se obtenham os valores dessas estruturas. Uma visão geral dessas relações e suas comutações pode ser vista no diagrama abaixo:

(8)



Fonte: Bursill-Hall (1971, p.74)

3.1.4 Os outros modos acidentais do verbo: o tipo, a forma, o tempo, o número e a pessoa

Para TE, a composição, a significação, o modo e a voz do verbo são relações elementares que se estabelecem, em qualquer construção transitiva ou intransitiva, antes dos modos acidentais do tipo, da forma, do tempo, do número e da pessoa, que são considerados modos acidentais subseqüentes e que somente advêm à construção verbal depois do estabelecimento daquelas quatro relações elementares.

O tipo e a forma são os modos exclusivamente derivacionais do verbo e não apresentam função sintática. A forma acidental de um verbo é a derivação de um tipo original. Nesse sentido, por exemplo, a forma “preocupar” é derivada de “ocupar”, seu tipo original. O número e a pessoa derivam-se do modo acidental da composição e, portanto, são modos acidentais secundários. TE justifica essa afirmação ao considerar que os modos acidentais do número e da pessoa não são inerentemente verbais, mas sim adquiridos pelo verbo em seu encontro com o nome em construções de tipo “N + V” ou “V + N” (ERFURT, XXXI, 61).

O modo acidental do tempo deriva-se da essência do verbo, uma vez que é uma característica da essência verbal, que denota a mudança e sucessão de estados. Apesar disso, o modo do tempo não tem função sintática no que se refere à construção básica “nome-verbo”, porque o traço temporal não interfere no sentido básico dessa construção. De fato, a diferença temporal entre as sentenças “Sócrates discursa” e “Sócrates discursou” não interfere no significado básico que se deriva da combinação entre o nome e o verbo nessas construções. Todavia, o modo do tempo tem função sintática tanto com relação aos advérbios de tempo quanto como resultado da seqüência temporal em períodos compostos.

4. CONCLUSÃO

TE comparou a conjugação verbal à declinação dos nomes. Segundo ele, a diferença entre as duas é que, enquanto a declinação se deriva de um único modo acidental, i.e., o caso, a conjugação resulta da inflexão de vários modos accidentais: o tempo, o número, o modo e a pessoa. TE pára por aqui e não dá um tratamento mais apropriado para a conjugação (ERFURT, XXIV, 57). Essa falta de um estudo mais aprofundado da conjugação na *G.E.* deve-se provavelmente ao fato mencionado acima: é difícil para TE encontrar um critério de classificação da conjugação como modo acidental já que, de acordo com o sistema de TE, não se pode derivar um modo acidental secundário de vários modos accidentais primários, i.e., não se podem atribuir predicados a predicados. No entanto, segundo Bursill-Hall (BURSILL-HALL: 1972, p.76), a única maneira de pensar a conjugação no quadro teórico da *G.E.* é entendê-la como um modo acidental terciário: a conjugação seria o predicado geral de todos os outros modos de significar accidentais do verbo. Pode-se dizer que aqui caberia um estudo mais aprofundado de como os outros modistas trataram a conjugação. Como este artigo se propõe um estudo de caráter meramente introdutório, tal aprofundamente poderia ser o tema particular de trabalhos futuros.

Apesar de suas limitações, a teoria do verbo que está contida na gramática de TE atesta para o conjunto de mudanças que deram origem à nova compreensão do verbo que se desenvolve no conjunto de uma série tratados sobre a *ars grammatica* entre o final do séc. XIII e início do séc. XIV na França e no Norte da Europa.

ABSTRACT: Until the second half of the 12th century, the verb was understood in different ways: 1) as reducible to copula; 2) as equivalent to the logical predicate; 3) according to the active-passive distinction; 4) according to the attribution of the feature “+ tense” to the verb in opposition to “- tense” to the noun. From the 13th onwards, a new unified theoretical framework begins to appear in a genre of speculative grammars. Historically, this paradigm shift came about due to the strong influence of a new aristotelism in Western European thought during this period. The new studies of the recently translated *corpus aristotelicus* allowed grammar to assimilate metaphysical and logical concepts. The objective of this article is to describe in modern terms and in an introductory manner how these changes came about.

KEYWORDS: Verbs; History of Linguistics; Medieval Grammars; Metalanguage; Semantics.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. *Categorias*. Goiânia: Alternativa, 2005.

ARISTOTELES. *De interpretatione boethii latina versio*.

Disponível em: <http://la.wikisource.org/wiki/De_interpretatione> Acesso em: 8/11/10

AQUINO, T. *O ente e a essência*. Petrópolis: Vozes, 1995.

BECCARI, A. J. *Uma tradução dos capítulos sobre a classe do verbo da gramática especulativa de tomás de erfurt*. 67 f. Monografia (Bacharelado) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

BURSILL-HALL, G. L. *Speculative grammars in the middle ages: the doctrine of the partes orationis of the modistae*. The Hague-Paris: Mouton, 1971.

COVINGTON, M. A. *Syntactic theory in the high middle ages: modistic models of sentence structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

ERFURT, Thomas of. *Grammatica speculativa sive de modis significandi*. London: Longman, 1972.

KELLY, L. G. *The mirror of grammar: theology, philosophy and the modistae*. Amsterdam: John Benjamins, 2002.

LE GOFF, J. *A civilização do ocidente medieval*. Lisboa: 1984. V. 2

LYONS, J. *Introduction to theoretical linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

NOONE, T. Scholasticism. In: *A companion to philosophy in the middle ages*. Jorge J. E. Gracia, J. Timothy B. Noone (Eds.). Malden: Blackwell, 2002.

¹ As categorias de Aristóteles são em número de dez: substância, quantidade, qualidade, relação, tempo, lugar, posição, condição (estado), ação e paixão (Categorias IV, 1b25-2a10).

² Tomás de Erfurt é autor da *Grammatica Speculativa sive De Modis Significandi*, que escreveu antes da primeira década do séc. XIV, em Erfurt, na Alemanha. A gramática de Tomás de Erfurt é considerada um dos tratados mais completos e representativos do movimento gramatical modista do final do séc. XIII.

³ Como se vê, TE aplica critérios metafísicos em sua teoria gramatical. O propósito dessa aplicação é estabelecer uma teoria exclusivamente semântica. Esse objetivo de criar uma teoria estritamente semântica exclui, por exemplo, qualquer explicação que leve em conta o aspecto formal dos itens lexicais. Segundo Geoffrey L. Bursill-Hall (1972, p. 70), esse seria o aspecto mais deficiente da teoria modista. Ao tentar criar uma teoria puramente semântica para explicar todos os fenômenos da língua, os modistas foram obrigados a multiplicar o número de termos explicativos de sua metalinguagem. Essa multiplicação de entidades explicativas, que aumentam de acordo com o maior grau de necessidade de detalhamento de um fenômeno lingüístico, levou os modistas a serem fortemente criticados, em sua própria época, por estudiosos de índole ontológica bem mais econômica: os gramáticos nominalistas.